Janela aberta

Um novo modelo agrícola para competir



ROBERTO RODRIGUES

Ninguém tem dúvidas de que 1995 foi um dos piores anos da história da agricultura brasileira. As colunas dorsais de sustentação do Plano Real — política monetária e política cambial —, somadas a safra recorde, preços agrícolas baixos (até pelo descumprimento do PGPM), importações favorecidas, além do custo Brasil (sobretudo pela vertente tributária), levaram a uma perda de renda de quase 20% do PIB agrícola nacional em relação a 1994, a um endividamento de outro tanto e a uma redução de valor patrimonial (ativos) superior a 30%. Milhares de agricultores quebraram e deixaram a atividade, o desemprego no campo atingiu níveis nunca vistos e a área plantada na safra de verão caiu 2 milhões de hectares, com implicações negativas para os produtores de insumos. Como resultado, a colheita de 1996 será menor, o que, junto a estoques mundiais baixos, está levando à elevação dos preços de alguns produtos, como trigo, soja e milho. Assim, espera-se este ano a recuperação de parte da renda perdida no ano passado. Mas não de toda ela. É preciso ter presente que o Plano Real não foi o único responsável pelo desastre de 1995. Na verdade, os instrumentos de política agrícola já vinham se deteriorando desde o Plano Cruzado, e perderam eficácia com o Plano Collor.

Por mais importantes que sejam essas questões internas — estabilização da moeda e falência das políticas para o campo —, a globalização da economia e a liberalização dos mercados já são uma realidade. Essas variáveis somadas constituem o maior desafio da agropecuária brasileira: competir. Como diz Galbraith, já está em andamento a terceira guerra mundial, a guerra por mercados e lucros. Uma guerra cuja arma é a competitividade, lastreada em menor custo de produção, eficiência gerencial, incorporação de tecnologia, melhor qualidade. Uma guerra cujo senhor absoluto, em qualquer rincão do planeta, é o consumidor, cada vez mais consciente dos preços, que pouco se importará com a origem dos produtos, desde que sejam melhores e mais baratos. Portanto, é preciso produzir bem, mas o que os consumidores querem, e não o que querem os produtores. O desafio é imenso. A competitividade pode ser considerada uma moeda de duas faces.

A primeira é composta pelas políticas públicas, cuja função é conferir aos agentes econômicos igualdade de condições em relação aos países concorrentes. Não estamos bem nesse ponto, porque nossas políticas públicas só serão isonômicas em relação a nossos concorrentes quando o governo conseguir as reformas que persegue (tributária, administrativa, fiscal, previdenciária) e quando a política cambial e as taxas de juros forem também competitivas. Há pois um grande obstáculo a vencer, com melhor organização política dos agricultores, em parceria com o Legislativo. E naturalmente com melhor imagem perante a opinião pública.

Mas de nada adiantará uma positiva mudança nas políticas públicas se não cuidarmos da outra face da moeda: a organização do setor privado. Há aqui uma tarefa independente do governo. Cabe aos agentes econômicos tratar dela. Nesse ponto, vale uma advertência dolorosa: o modelo agrícola brasileiro baseado na produção de matéria-prima está esgotado. Por mais eficiente que seja gerencial e tecnicamente, o agricultor cuja atuação termina com a venda de sua produção está condenado. É absolutamente fundamental agregar valor à sua produção, para sobreviver. Na última década, os produtos (matéria-prima) norte-americanos e europeus exportados decaíram 4%, enquanto seus alimentos industrializados cresceram 80%, segundo dados de James Austin (Harvard). Agricultores que não se organizarem dentro de um agribusiness ecologicamente sustentável e economicamente equilibrado serão eliminados, como já vem ocorrendo. Enquanto movimentos ideológicos falam em reforma agrária no Brasil, na Argentina cerca de 30 mil fazendas foram incorporadas por outras entre 1961 e 1990. No mundo todo o tamanho das fazendas vem crescendo, porque não é possível sustentar a renda em pequena escala. Como reverter esse processo, permitindo sucesso ao pequeno produtor? De novo, a resposta é a mesma: agregar valor, verticalizar, integrar, reconverter. É o caminho. Isso não é nenhuma novidade. A concorrência quase perfeita entre os agricultores, sempre numerosos, é uma dura realidade universal, como também o é a maior concentração nos setores produtores de insumos e de industrialização de alimentos.

Neste caminho está reservado papel preponderante às cooperativas e às sociedades comerciais de produtores, bem como às integrações. Mas é preciso rever o modelo cooperativo, em busca de melhor eficiência dessas organizações, enxugando-as e profissionalizando-as. E é também indispensável rever as margens de integrações já existentes, redistribuindo melhor a renda na cadeia toda. A meta é a estabilização da renda da agricultura e do agricultor. Que, embora não pareça, são coisas muito distintas. A grande crise na qual estamos mergulhados — e da qual não sairemos com rapidez — será sem dúvida a condenação de muitos milhares de agricultores; mas pode significar a recuperação da agricultura brasileira. Os mercados se abrem para nós, como a China e a renovada ex-URSS, comprando partidas imensas de alimentos. Nenhum outro país tem a fronteira agrícola do Brasil. É preciso pôr mãos à obra: organizadamente, devemos mudar as políticas públicas e saltar para um novo modelo agrícola integrado. Só assim venceremos a guerra.

O autor é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Aliança Cooperativa Internacional das Américas.

Agenda

AGRISHOW-96 — de 29 de abril a 4 de maio — Estação Experimental do Instituto Agronômico — Ribeirão Preto — São Paulo.
Agroanalysis estará lá — Procure-nos no *stand* da FGV.